

Disponível em
alcance@univali.br

Revista Alcance – Eletrônica, v. 16, nº 02. ISSN 1983-716X, UNIVALI
p. 241 – 259, maio/ago 2009

**AS INTERRELAÇÕES ONGS AMBIENTALISTAS, ESTADO E SETOR
PRIVADO – UMA ANÁLISE À LUZ DAS HIPÓTESES DE
TOCQUEVILLE**

Laura Calixto¹
lauracalixto@uol.com.br

Data de submissão: 03/04/2008

Data de aprovação: 28/04/2009

¹ Doutoranda em Administração – FGV-SP .

AS INTERRELAÇÕES ONGS AMBIENTALISTAS, ESTADO E SETOR PRIVADO – UMA ANÁLISE À LUZ DAS HIPÓTESES DE TOCQUEVILLE

RESUMO

A proposta deste estudo é analisar as interrelações entre ONGs ambientalistas, Estado e setor privado, com base nas proposições de Alexis De Tocqueville e do desenvolvimento da questão ambiental na América Latina. Verificou-se que a Teoria política está intrinsecamente ligada ao primeiro, segundo e terceiro setores, por envolver primordialmente os interesses da sociedade; muitas vezes afetada pelas decisões que são tomadas nas três esferas aqui estudadas. Observou-se que a expansão das ONGs de grande porte influenciou o desenvolvimento e organização da sociedade civil em países latino-americanos, contribuindo principalmente com recursos financeiros.

Palavras-chave: Tocqueville; Sociedade; ONGs ambientalistas

LAS INTERRELACIONES ONGS AMBIENTALISTAS, ESTADO Y SECTOR PRIVADO – UN ANÁLISIS A LA LUZ DE LAS HIPÓTESIS DE TOCQUEVILLE

RESUMEN

La propuesta de este estudio es analizar las interrelaciones entre ONGs ambientalistas, Estado y sector privado, con base en las proposiciones de Alexis De Tocqueville y del desarrollo de la cuestión ambiental en América Latina. Se verificó que la Teoría política está intrínsecamente ligada al primer, segundo y tercer sector, por involucrar primordialmente los intereses de la sociedad, muchas veces afectada por las decisiones que son tomadas en las tres esferas aquí estudiadas. Se observó que la expansión de las ONGs de gran porte influyó el desarrollo y organización de la sociedad civil en países latinoamericanos, contribuyendo principalmente con recursos financieros.

Palabras clave: Tocqueville; Sociedad; ONGs ambientalistas

INTERRELATIONS BETWEEN ENVIRONMENTALIST NGOS, THE STATE AND THE PRIVATE SECTOR – AN ANALYSIS IN LIGHT OF THE HYPOTHESES OF TOCQUEVILLE

ABSTRACT

This study analyzes the interrelations between environmentalist NGOs, the State and the private sector, based on the propositions of Alexis De Tocqueville and the development of environmental issues in Latin America. It was observed that political Theory is intrinsically linked to the primary, secondary and third sectors, as it primarily involves the interests of society, which are often affected by the decisions made in the three spheres studied here. It is also observed that the expansion of the large NGOs has influenced the development and organization of civil society in Latin American countries, particularly through the contribution of financial resources.

Key words: Tocqueville; Society; environmentalist NGOs

1 INTRODUÇÃO

Tocqueville (1962) foi um escritor francês, que no século XIX por razões pessoais e profissionais, passou vários meses viajando pelos Estados Unidos da América - EUA, com o objetivo de identificar empiricamente o modelo de organização da sociedade que estava sendo formado. A democracia foi caracterizada como a melhor forma de governo, por incentivar a igualdade e a liberdade dos povos, que podem e devem agir para que o Estado não se torne despótico, autoritário e centralizador do poder, permitindo-se assim que a população participe das decisões que afetam os seus interesses e a forma de conduzir suas vidas.

Diante do contexto social que se formava nos EUA, em que a população teve mais oportunidades e acesso à educação, foi criado um ambiente propício à defesa dos seus direitos individuais e coletivos. Tocqueville (1962) concluiu que a participação popular, assim como a descentralização administrativa e a organização de associações voluntárias contribuem para a defesa da cidadania e manutenção das instituições públicas. Outro dos seus pressupostos é que a melhor democracia é aquela que permite o maior número de facções de interesses presentes na sociedade. A igualdade perante a lei e a educação levam à organização em grupos que lutam unidos por suas causas.

Tendo em vista a atualidade das hipóteses de Tocqueville, quanto à organização da sociedade civil na defesa dos seus direitos, assim como a participação democrática; e considerando o contexto atual dos países da América Latina, esta pesquisa destaca a participação popular, através de Organizações Não Governamentais – ONGs ambientalistas e suas interrelações com o Estado e com o setor privado.

Por exercerem um importante papel social e decisivo em muitas situações que influenciam na conduta e postura de empresas potencialmente poluidoras, as ONGs têm ocupado um espaço crescente na mídia e demonstram a organização da sociedade civil, cada vez mais consolidada. Assim, o objetivo deste estudo é analisar as interrelações entre ONGs ambientalistas, Estado e setor privado, com base nas proposições de Tocqueville.

Para fins desta pesquisa, as ONGs ambientalistas se referem àquelas entidades que defendem os direitos das comunidades locais, regionais, nacionais ou internacionais quanto ao controle das atividades empresarias e estatais, ou seja, são as ONGs que agem em defesa do meio ambiente.

O problema deste artigo caracteriza-se pela necessidade de identificação das interrelações entre as ONGs ambientalistas, que fazem parte do terceiro setor, o primeiro setor, representado pelo poder público e as empresas de capital privado, que compõem o segundo setor.

Considera-se relevante o estudo das proposições acerca do desenvolvimento social e econômico com base nos autores da teoria política clássica, precursores e eminentes observadores da forma de organização da sociedade. A pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento das questões em torno do desenvolvimento sustentável, assim como, discussões mais profundas que subsidiarão o debate acadêmico.

Consoante às características teóricas e dedutivas da pesquisa, a proposta baseia-se num estudo bibliográfico acerca de obras de Tocqueville e do desenvolvimento da questão ambiental na América Latina, sobre o ponto de vista político que interfere e influencia as atividades das empresas.

A principal delimitação deste trabalho é o fato de ser direcionado essencialmente às ONGs ambientalistas, quanto ao desenvolvimento histórico destas, atuação, relacionamento

com o Estado e com a iniciativa privada. Ainda que muitos autores clássicos da teoria política tenham abordado a organização da sociedade civil, assim como a democracia, outra delimitação é o foco nas hipóteses desenvolvidas por Tocqueville.

Devem ser ponderados o contexto histórico e localização que caracterizam as diversidades culturais, econômicas e sociais entre os EUA e os países da América Latina. Embora a organização da sociedade civil tenha sido identificada por Tocqueville nos EUA, o fenômeno é considerado mundial e é destaque em diversas áreas da literatura acadêmica contemporânea.

A pesquisa está organizada em quatro seções além desta introdução, a próxima apresenta o desenvolvimento da pesquisa; primeiramente uma revisão bibliográfica sobre os temas pertinentes à proposta e na sequência são apresentadas algumas considerações e análises. Logo, foram apresentadas as considerações finais sobre as evidências encontradas, além das recomendações para futuros estudos.

2 VIDA E OBRA DO AUTOR

Ao analisar a obra de Tocqueville, observa-se que o autor relacionou e identificou liberdade com igualdade, pelo fato de os dois termos terem relação direta com um terceiro: a democracia. Para construir o conceito de democracia, Tocqueville viajou pelos EUA e analisou como a sociedade se organizava e se articulava naquele país, o que originou a considerada a sua maior obra: *A Democracia na América*, publicada em dois volumes em 1830 e 1840 respectivamente. O autor queria também mostrar ao povo do seu país o significado da democracia, tendo em vista que a França estava em processo de mudanças políticas, econômicas e sociais. Não obstante, nos EUA as condições para o desenvolvimento da democracia têm sido ótimas, para Tocqueville, o mesmo tem caráter universal, por ser constante o aumento da igualdade de condições, o que diz respeito a todos. A ação política do povo definirá se a democracia será liberal ou tirânica e a participação do povo inibe a intervenção do Estado nas liberdades fundamentais, assim como a formação de um Estado autoritário, tirânico ou despótico (QUIRINO, 2000).

No primeiro volume da sua obra, Tocqueville se concentrou nas leis e costumes; e sugeriu que a democracia deve ser entendida com maior abrangência como senso e equalização das condições sociais. No segundo, o autor focou as leis e opiniões e sua abordagem tipificou a democracia em oposição à aristocracia.

De acordo com Araújo (2005), apesar de não haver em Tocqueville a ideia de direito como representação coletiva do bem-estar geral que surgiu somente no século XX, sua defesa da igualdade presente na democracia acabou introduzindo no mundo político a ideia de direito como virtude. “O seu entusiasmo com as ideias relativas aos deveres da sociedade para com o bem-estar dos seus membros configurou a liberdade comunal como forma de prevenir e satisfazer as múltiplas necessidades sociais” (ARAÚJO, 2005, p. 100).

Para Tocqueville (1962; 2005), a permanência da democracia depende da formação de associações voluntárias e a citação a seguir apresenta sua primeira impressão, ao se deparar com os resultados positivos do trabalho em conjunto:

Encontrei nos Estados Unidos tipos de associações de que confesso nem faziam antes a ideia, e muitas vezes, admirei a arte infinita com que os habitantes dos Estados Unidos chegavam a fixar uma finalidade comum aos esforços de grande número e a fazê-los livremente marchar para ela (TOCQUEVILLE, 2005, p. 392).

O autor salienta também a impotência dos cidadãos, se não aprendem a se ajudar livremente. Cumpre salientar a atualidade deste argumento, tendo em vista o grande destaque que tem sido dado na literatura acadêmica ao chamado terceiro setor, que será visto adiante.

Posteriormente às ideias de Tocqueville, muitos autores adaptaram suas hipóteses a contextos locais, contribuindo também com novos conceitos agregados à filosofia democrática.

Numa pesquisa sobre o desenvolvimento da democracia na Itália, Putnam (1996) observou que o maior sucesso do governo local foi obtido através do alto nível de participação popular. O autor defende que associações voluntárias são vitais para a construção do capital social e há significativa relação entre este e a satisfação dos cidadãos, como a efetividade do governo local e o nível de desenvolvimento econômico.

Com base nas premissas de Putnam (1996), em sua dissertação de mestrado, Nascimento (2000) observou a atuação de um grupo de pequenos agricultores sertanejos organizados numa associação, caracterizada como uma sociedade civil e apoiada direta e indiretamente por outras organizações. O autor identificou, nas atividades da associação, uma construção ativa do capital social, por meio da parceria entre Estado e entidades civis.

A pesquisa conduzida por Iriye (1999) focou o crescimento das ONGs nos EUA. A autora destacou a percepção de Tocqueville sobre a organização da sociedade civil naquele país, as ONGs internacionais e relevância e impacto das suas atividades no âmbito mundial. A autora destacou, ainda, a necessidade de mais pesquisas a respeito das atividades das ONGs, governança e relação entre ONGs e agências internacionais.

Teorel (2003) buscou relacionar a teoria do capital social com a participação política de associações voluntárias na Suíça. Salientou também o pioneirismo de Tocqueville na discussão sobre os efeitos políticos na organização da sociedade, sua capacidade e poder de intervenção.

Ao apresentar algumas críticas quanto às relações entre o Estado, a sociedade civil e a iniciativa privada, na visão de Marques (1997):

As ações coletivas de trabalhadores e capitalistas obedecem a lógicas absolutamente diversas, não apenas pelas diferentes estruturas de preferência, mas pelas próprias posições dos atores nas relações de produção. Ao contrário do que sustentaria a literatura pluralista, portanto, a distribuição assimétrica da capacidade de fazer representar seus interesses dá diferente poder às duas classes. Como resultado, o Estado é muito mais influenciado por capitalistas do que por trabalhadores (MARQUES, 1997, p. 7).

Como o Estado não dispõe dos meios de produção e depende do ritmo de acumulação para sua gestão financeira, as ações estatais muito raramente irão contra os interesses do capital. É interessante observar que este argumento dá materialidade à tendência “preconceituosa do sistema”, ao menos no que se refere ao Estado (MARQUES, 1997).

O exame das hipóteses desenvolvidas por Tocqueville discutidas no âmbito de outras nações e a apresentação de novos argumentos nesta direção, como a formação do capital social; demonstram a pertinência do tema. Entretanto, a lógica do mercado e as relações capitalistas que envolvem os interesses do Estado, iniciativa privada e sociedade civil apresentam outra configuração, muito diferente da época de Tocqueville.

3 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O objetivo deste capítulo é examinar a formação e organização da sociedade civil no contexto atual, relacionando-a com as observações de Tocqueville e outros autores contemporâneos.

A organização da sociedade civil nos países latino-americanos, até meados da década de 1980 teve como principal característica a prestação de serviços sociais e de saúde, oriundos de iniciativas voluntárias de organizações religiosas, pioneiras no desenvolvimento da participação popular, com obras assistencialistas, beneficentes e de caridade. O setor privado também teve a tradição de investir no social, contudo, nesta época este setor caracterizava-se, principalmente, como doações e estas não eram atreladas aos negócios e divulgadas pelas empresas com a ênfase que é dada atualmente.

O desenvolvimento das atividades econômicas, relacionado com as mudanças ocorridas, a melhoria no acesso a serviços de saúde e educação, além da disponibilidade de informações; propiciou um ambiente oportuno para o surgimento dos articulistas, em diferentes esferas, que também contribuíram para a configuração da sociedade civil.

Entre as décadas de 1980 e 1990, o termo terceiro setor passou a ser sinônimo do grupo de organizações sem fins lucrativos, mas com objetivos bastante diversificados. O termo ONG surgiu na década de 1980, importado da Cooperação Internacional Não Governamental, que se referia às organizações que recebiam ajuda financeira na realização de projetos de interesse público. Os autores a seguir desenvolveram estudos com foco na relação sociedade-governo e destacaram alguns dos temas abordados neste artigo.

Tocqueville sugeriu que as instituições governamentais são inevitáveis e necessárias para ordenar a liberdade e proteção dos direitos individuais. Com base nestas premissas, Barnett e Crowther (1998) discutiram a evolução do conceito de sociedade, considerando aspectos do pós-modernismo e do bem-estar social. De acordo com os autores, a discussão a respeito da democracia deve enfatizar as hipóteses desenvolvidas por Tocqueville, por ter sido pioneiro na observação das vantagens e desvantagens deste sistema de governo.

Num estudo sobre o desenvolvimento da legislação de um modo geral, Woldring (1998) investigou qual o método de pesquisa utilizado por Tocqueville para descobrir as bases sociais e concluiu que as leis que estabelecem a relação Estado, terceiro setor e empresas são informais.

A pesquisa conduzida por Eikenberry (2005) discutiu o papel das organizações que não visam o lucro e suas contribuições para reduzir a desigualdade econômica. De acordo com a autora, o papel dessas associações é destaque desde Tocqueville, entretanto hoje estas instituições são mais modernas, profissionalizadas e assimilaram os conceitos mercadológicos próprios do segundo setor, principalmente no que se refere à captação de recursos e gestão.

A organização e participação da sociedade civil nas decisões políticas, assim como sua formação, passou a ter maior visibilidade quando esta foi institucionalizada, no chamado terceiro setor.

3.1 Terceiro Setor

A denominação terceiro setor atualmente abrange uma série de instituições sem fins lucrativos, porém, com finalidades bem diferenciadas, tais como: associações recreativas; assistencialistas, esportivas; ambientalistas; educacionais; religiosas; fundações e institutos; criados pela iniciativa privada de pessoas físicas ou jurídicas.

O pressuposto de que o terceiro setor preenche lacunas deixadas pelo Estado é defendido por diversos autores (BROWN; KALEGAONKAR, 2002; EDWARDS; FOWLER, 2002; LIMA, 2002; LINDENBERG; DOBEL 1999; PORIO, 2000). Entre as argumentações desses autores são destacados o forte engajamento da sociedade civil, que tem se organizado e defendido direitos de comunidades sob diferentes focos, como serviços básicos de educação, difusão de conhecimento e cidadania.

As entidades que englobam o terceiro setor são caracterizadas principalmente por não objetivar o lucro, prestarem serviços de utilidade pública e por tratar-se de organizações criadas por iniciativas de pessoas físicas ou jurídicas e financiadas por capital público ou privado.

Lewis (2005) ressaltou a importância do terceiro setor e enfatizou algumas das suas características mais citadas na literatura: organizado, privado, não distribui lucros, auto governado e tem o benefício público como principal objetivo. Contudo, o autor identificou a missão, efetividade, transparência, governança e relações voluntárias como áreas críticas e a prestação de contas deveria ser feita da mesma forma como ocorre no primeiro e segundo setores.

Muitos autores são contundentes ao criticar a falta de legitimidade de algumas das organizações classificadas no terceiro setor (CLARKE, 1998; EDWARDS; FOWLER, 2002; GOMES; KORINE, 2005; HUTCHINSON, 2000; MARQUES, 1997; WARLEIGH, 2001). Observa-se que o tema tem recebido grande destaque no debate acadêmico em diferentes áreas, principalmente em razão da diversidade de atividades que tais organizações exercem, além das características particulares de constituição, manutenção e difusão ideológica dos seus propósitos.

Há também vários questionamentos sobre a transferência de serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado para iniciativas da sociedade civil. Assim, o Estado privatizou segmentos que não seriam de competência pública, agora também o que é por excelência do seu papel ainda se sujeita à privatização (SARAIVA, 2006).

Num estudo sobre a evolução histórica, que culminou com a necessidade de implementação de políticas sociais nas últimas décadas, Silva (2006) comparou a experiência dos EUA e da Europa. O autor explorou as relações da política e participação das iniciativas da sociedade civil como solução para os problemas atuais e salientou o peso do terceiro setor nos países em desenvolvimento. O autor focou também o *mix*: Mercado-Estado-Terceiro Setor, sobre o aspecto do desenvolvimento tecnológico como um dos agentes que tem conduzido mudanças profundas nas suas interrelações.

É válido destacar a regulamentação do terceiro setor no Brasil, em que o Estado estabelece regras para a execução de trabalhos voluntários, para a não caracterização de contratação de pessoal sem vínculo empregatício, assim como a especificação das atividades das entidades. Observa-se que Estado não é um agente que interfere nas atividades das empresas do terceiro setor; mas é um ator que exerce o seu poder de fiscalizar e regulamentar o mercado, e, como as organizações que não visam o lucro têm tido um papel cada vez mais relevante no contexto social coube ao Estado, disciplinar, regulamentar e identificar as suas atividades.

3.2 Organizações Não Governamentais

A influência exercida pelas ONGs ficou evidente durante a Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU para o desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro em 1992, ocasião em que 1.400 ONGs nacionais e internacionais estiveram presentes. O objetivo destas ONGs foi defender a emancipação política de suas atividades e

desta forma tornaram-se interlocutoras de assuntos relacionados à democratização (DE PAULA, 1998).

Em sua dissertação, De Paula (1998) teve como objetivo analisar o desenvolvimento das ONGs e suas relações com o Estado. De acordo com a autora, inicialmente a relação com o Estado era de perseguir e após dez anos, era de parceria na prestação de serviços públicos. A disputa por recursos entre as ONGs é um relevante tema em discussão atualmente, além do espírito democrático que permeia as relações dos primeiros, segundos e terceiros setores.

A diversidade de ONGs cresceu significativamente nas últimas décadas. McIntosh e Thomas (2002) classificaram as características das ONGs da seguinte forma:

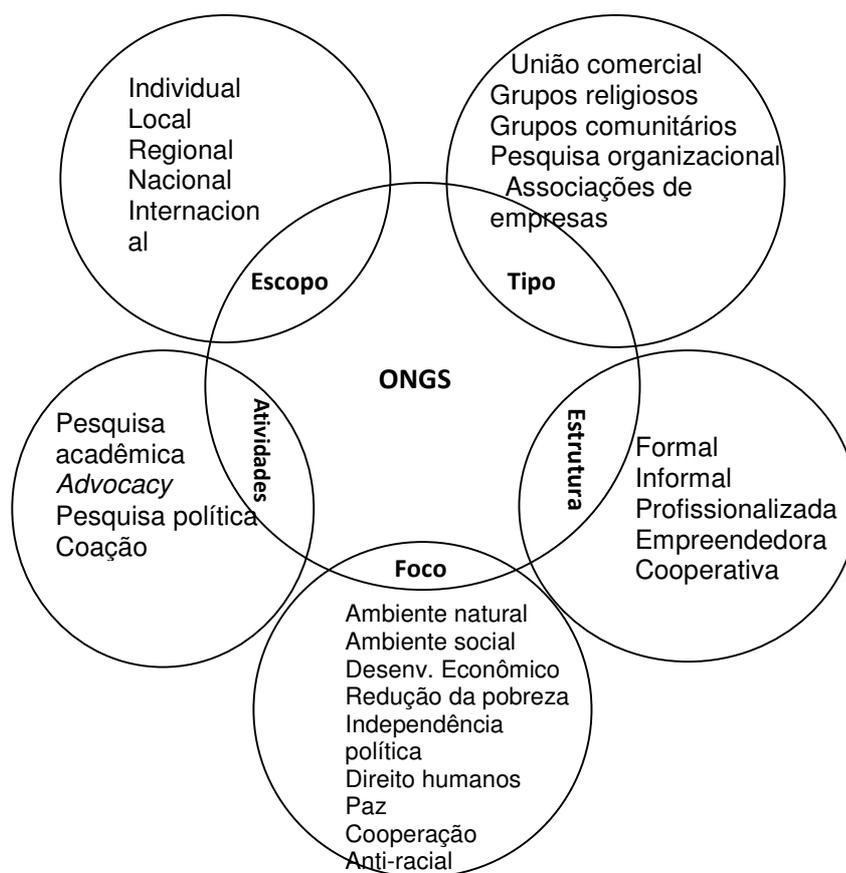


Figura 1: Diferentes características das ONGs

Fonte: Adaptado de McIntosh; Thomas (2002, p. 31)

As ONGs podem ser definidas como organizações privadas que têm propósitos ou interesses públicos, como o combate à pobreza, proteção do meio ambiente, promoção de serviços básicos de educação e contribuição para o desenvolvimento econômico de comunidades (WORLD BANK, 1995).

Na revisão bibliográfica, com o objetivo de identificar trabalhos acadêmicos sobre as ONGs, verificou-se que o tema é estudado sobre dimensões muito amplas, complementares

e com enorme volume de produção. Estudos sobre o desempenho financeiro, gestão e sustentabilidade foram conduzidos, estabelecendo, principalmente, a necessidade de capacitação e profissionalização de dirigentes dessas instituições, para que tenham êxito no alcance dos seus objetivos (AGUIAR, 2004; ARAÚJO, MELO, SCHOMMER, 2005; BALBIS, 2001; CARVALHO et al., 2006; FLEIG, 2004; MENDOÇA; ARAÚJO, 2005; PACE; BASSO; SILVA, 2004; SANTOS, 2004; VIDAL; MENEZES, 2004).

A necessidade de transparência e *accountability* (prestação de contas) foram tópicos que diversos autores se aprofundaram, além de ser objeto de críticas em relação às atividades de muitas ONGs (BARKDULL; DICKE, 2004; EDWARDS; FOWLER, 2002; GODDARD; ASSAD, 2006; EBRAHIM, 2005; TILT, 2005; WILD, 2006; UNERMAN e O'DWYER, 2006).

Pesquisas sobre a influência das ONGs em empresas, legitimidade e parcerias que estas formam com o Estado e com a iniciativa privada, principalmente com o objetivo de captação de recursos, também estão entre os temas mais destacados na literatura acadêmica (BROWN; KALEGAONKAR, 2002; DEEGAN; BLOMQUIST, 2006; DICHTER, 1999; EDWARDS, FOWLER, 2002; TEODÓSIO, 2003; EIZENSTAT, 2004; FRANCO, PEREIRA; SARTORI, 2003; HUDSON, 2002; JOACHIM; LOCHER, 2006; LIMA, 2002; LISTER, 2003; MARQUES; MERLO; NAGANO, 2005; TEODÓSIO; CKAGNAZAROFF, 2005).

Outros estudos sobre a influência que ONGs exercem sobre as empresas multinacionais, com destaque principalmente para os direitos humanos foram conduzidos pelos seguintes autores: Edwards e Fowler (2002); Haslam (2006); Millan, Choi e Chen (2004).

Embora o crescimento quantitativo da produção acadêmica a respeito das ONGs e temas correlatos a esta proposta seja vertiginoso, verifica-se que grande parte dos estudos sobre ONGs são exploratórios, ainda em fase de consolidação teórica. Entretanto, são inúmeras as contribuições científicas identificadas, além da riqueza de temas e áreas que surgem como grandes campos, carentes de estudos mais aprofundados.

Coston (1998) propôs um modelo de classificação das ONGs quanto ao relacionamento destas com o Estado, utilizando a seguinte tipologia: repressão/resistência; rivalidade; competição; contratação; cooperação; complementação e colaboração. O modelo revela várias formas de relacionamento entre as ONGs e o Estado. Entretanto, a proposta do autor somente descreve o atual cenário, de acordo com a observação de como as relações são estabelecidas entre estas instituições.

De acordo com Clarke (1998), os cientistas políticos têm contribuído pouco para a literatura sobre a evolução das ONGs. O autor analisou os principais temas relacionados à política e literatura e salientou a proliferação de ONGs, como um fenômeno mundial observado nas últimas décadas. A disponibilização de recursos financeiros pelo Estado e organizações internacionais propiciou este contexto, além do ambiente neoliberal instalado nas agências internacionais, consideradas direcionadoras de recursos para programas sócioeconômicos de países em desenvolvimento.

A mobilização de ONGs adquiriu um papel importante na iniciativa e sustentação de uma infinidade de movimentos sociais. Clarke (1998) questionou as contribuições das ONGs no desenvolvimento da democracia e na condução do processo político formal; e salientou que os neoliberais percebem as ONGs como parte do setor privado. Para intelectuais e ativistas, ONGs são a esperança de uma “nova política”, que evita o poder Estatal e força a descentralização.

O estudo conduzido por Lindenberg e Dobel (1999) evidenciou que muitas ONGs se organizaram para defender direitos de comunidades contra o poder de grandes

corporações, no que se refere a direitos trabalhistas de mulheres e contra o trabalho infantil. Para os autores, algumas ONGs impulsionaram iniciativas globais de modo que as corporações foram pressionadas para desenvolverem um código de conduta sobre as relações trabalhistas mantidas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Baccaro (2001) investigou o conceito de sociedade civil e ONGs, com destaque para a diversidade de tipos e problemas apontados na literatura sobre o tema. Para o autor há muitas críticas sobre as ações de ONGs que não têm fins sociais e públicos que também se enquadram no terceiro setor.

Numa revisão sobre as ONGs relacionadas com o desenvolvimento político, Mercer (2002) verificou que o tema é mais complexo do que a literatura tem demonstrado, muitas ONGs ambientalistas se destacaram nos avanços de comunidades estabelecidas na América Latina; Brasil e Chile são os países da região que têm maior relevância em termos de desenvolvimento e organização do terceiro setor, entretanto, o contexto local de cada entidade deve ser considerado.

Com o objetivo de analisar alguns dos instrumentos de participação pública com potencial de promover a democratização da gestão do meio ambiente no Brasil, em sua dissertação de mestrado, Furriela (2002) verificou os desdobramentos legais que configuraram o cenário atual. Em suas conclusões, a autora ressaltou a importância das ONGs como fundamentais na condução de um Estado mais democrático, com a participação de diversas organizações na defesa do meio ambiente.

Lima (2002) explorou o universo das ONGs, seu papel e se têm contribuído para a construção de identidades e ativismo nas sociedades contemporâneas. A autora destacou como as ONGs se organizam em redes, utilizando a publicidade para pressionar atores políticos mais poderosos, o que não é possível individualmente, por isso, formam parcerias, trocam informações e realizam fóruns.

Para Schepers (2006), as ONGs representam a voz da sociedade, ao criticar as políticas de mercado e governamentais, influenciam a formação e implementação de ações socioambientais em grandes companhias multinacionais estabelecidas nos países desenvolvidos e que exercem atividades em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Portanto, de acordo com os estudos aqui mencionados, verifica-se que as ONGs exercem influências sobre o Estado e sobre o setor privado, embora os três atores possam manter interrelações. Observa-se também que são diversos os temas enfocados na literatura, no que se refere às atividades e particularidades das ONGs.

3.3 Organizações Não Governamentais Ambientalistas

O objetivo deste capítulo é realizar uma análise histórica e conceitual sobre o desenvolvimento das ONGs ambientalistas, influências destas sobre o primeiro e segundo setores, assim como a configuração do tema no cenário mundial.

As ONGs ambientalistas começaram a se organizar e realizar eventos paralelos aos encontros oficiais da Organização das Nações Unidas – ONU na década de 1990. De acordo com Princen e Finger apud Furriela (2002), o Banco Mundial chegou a mudar suas políticas e a criar instâncias para tratar de questões ambientais por pressão das ONGs.

A Agenda 21, obra oriunda do evento promovido pela ONU no Rio de Janeiro em 1992, estabelece no seu capítulo 27, o fortalecimento das ONGs, como parceiras para um desenvolvimento sustentável; reconhece o papel destas, como fundamentais na modelagem

e implementação da democracia participativa. O poder de influência das ONGs cresceu na medida em que foram se profissionalizando e ocupando mais espaço na mídia.

A pesquisa administrada pelo Iser, Mater Natura e WWF em 1996 revelou que são pequenas as fontes de recursos financeiros da maioria das ONGs estabelecidas no Brasil, vivem da contribuição de um quadro limitado de sócios. As grandes recebem verbas governamentais nacionais e internacionais do circuito de cooperação – EUA, Canadá e União Europeia. A parcela que recebe recursos de empresas privadas é pequena e o estado de São Paulo passou a apoiar financeiramente as ONGs a partir de 1995 (FURRIELA, 2002). Atualmente muitas ONGs prestam serviços para o Estado, oferecendo cursos, treinamentos e parcerias, ou seja, a transferência dos serviços que deveriam ser prestados pelo Estado para outras entidades, sobre a sua responsabilidade.

Através da utilização de um modelo teórico de tipificação de organizações, Penafiel e Van Bellen (2005) realizaram um estudo múltiplo de casos de quatro ONGs ambientalistas estabelecidas em Florianópolis-SC, com o objetivo de identificar o conjunto de ideias e crenças destas entidades. Os autores verificaram que há a predominância de valores identificados com o biocentrismo, o que representa a predominância moderada do coletivismo sobre o individualismo.

Hutchinson (2000) enfatizou as implicações para as ONGs quando estas não observam em suas atividades internas o que cobram de empresas do setor privado, como responsabilidade social corporativa, código de conduta, transparência e *accountability*. O autor também faz as seguintes provocações: Quem regulamenta as ONGs? Para quem prestam contas?

Sobre a evolução do tema na América Latina e no Caribe, Balbis (2001) destacou o fato de este movimento ser voluntário, além das transformações sociais que podem ser observadas nas últimas décadas; é considerada positiva a participação da sociedade civil no desenvolvimento da região e a cooperação internacional contribuiu para o crescimento e organização das ONGs.

Numa análise das relações das ONGs com os setores públicos e privados, Phillips (2002) defendeu que as ONGs são instituições formalmente independentes. No entendimento do autor, as companhias abrem suas portas para ONGs na busca de diálogo e parceria para reduzir o grau de exposição a campanhas negativas. De outra parte, o Estado transfere serviços sobre sua responsabilidade para as ONGs.

Em sua tese de doutorado, Lima (2002) salientou o papel do Estado ao firmar parcerias com ONGs, além da conseqüente influência que acaba exercendo sobre elas, porque gera regulamentação e ordenamento jurídico.

A governança corporativa tem sido um tema de estudo e interesse de muitas entidades, por envolver uma série de questões internas e externas às organizações, assim como as suas relações com os *stakeholders*, partes interessadas, que são afetadas direta ou indiretamente pelas atividades empresariais. De acordo com Gomes e Korine (2005), a evolução da governança corporativa pode ser analisada sobre as hipóteses apresentadas por Tocqueville, assim como a necessidade e permanência da democracia na sociedade organizada. As implicações do tema para os *stakeholders*, que apoiam a prática de governança corporativa, por entenderem que conduzem à democracia, pressupõem a governança e participação popular.

Nesta direção, a pesquisa conduzida por Schepers (2006) enfatizou as ONGs, como representantes da sociedade civil quando criticam políticas empresariais ou governamentais e a forma de implementação destas. De acordo com o autor, a disponibilização de relatórios sociais e ambientais efetuada nas últimas décadas por multinacionais, são respostas que essas dão a pressões exercidas por ONGs, que expõem para o grande público situações

que comprometem a imagem das empresas, principalmente no que diz respeito a decisões incorretas quanto à questão socioambiental, por afetar comunidades locais, regionais ou internacionais. O autor destacou a campanha efetuada contra o Citibank, por ter financiado empresas potencialmente poluidoras, ou seja, gerou um impacto indireto negativo e este não foi considerado assim como, a instituição não foi responsabilizada legalmente. Outro exemplo citado foi o caso da Nike, que envolveu a contratação de mão-de-obra infantil por um dos seus fornecedores. Dessa forma, o autor demonstrou a fragilidade da imagem e reputação de empresas, quando grupos de ONGs divulgam na mídia práticas e condutas de cunho negativo.

Para investigar a variedade de grupos organizacionais que intervêm na ação governamental do México, Índia e Indonésia, Tinker (1996) realizou um estudo exploratório e verificou que o papel dessas entidades naqueles países é mais modesto do que tem sido proclamado na literatura; além de haver a necessidade de conhecer a realidade da estrutura e regiões específicas, para evitar generalizações sobre o tema.

Lambrou (1997) destacou a participação da sociedade civil, assim como o papel das ONGs no Chile, durante o período da ditadura e após o retorno da democracia. Para a autora, as ONGs contribuíram para mudanças dramáticas no desenvolvimento social e econômico chileno, embora estas também tenham passado por grandes transformações, em razão das influências políticas em todos os setores no país. Com a democratização crescente na América Latina, assim como a penetração de ONGs internacionais, o Chile também foi influenciado pelo incentivo à maior organização da sociedade civil, nas esferas sociais e ambientais.

Jackson, Draimin e Rosene (1999) examinaram a experiência de parcerias e coalizão entre ONGs latino-americanas e instituições canadenses. De acordo com os autores, a cooperação entre setor privado e terceiro setor gera implicações para *multi-stakeholders*, principalmente com as alterações recentes, no que se refere à destinação de recursos para o desenvolvimento de pesquisas em áreas emergentes.

Edwards (2000) analisou a postura da ONU no atual contexto e discutiu o papel da sociedade civil na agenda internacional. Salientou também a abertura e interesse de aproximação com a sociedade civil, porque desta forma são criados canais adicionais para a participação popular, por meio da consulta e debate, qualidade da governança e *accountability*. O autor questionou a legitimidade das ONGs que não prestam contas à sociedade e a representatividade destas. As ONGs são iniciativas voluntárias de grupos que se reúnem em torno de um objetivo ou causa comum e própria. O Estado representa toda a sociedade civil, eleito democraticamente. No contexto global, a ONU é o ente que oferece suporte para a participação da sociedade civil através de ONGs.

Pearce (2004a) focou as diferenças no desenvolvimento social e político dos EUA e da América Latina, assim como as diferenças na forma de organização da sociedade civil. O autor concluiu que as hipóteses de Tocqueville se aplicariam de forma diferente ao contexto de países menos desenvolvidos econômica e socialmente, a dominação colonial e abuso de poder foram os principais entraves para a consolidação e organização da sociedade civil na América Latina.

Para Pearce (2004b), o terceiro setor latino-americano apresenta a seguinte dualidade: em primeiro lugar, organizações de caridade e em segundo, organizações ligadas à elite econômica. Há algumas exceções no Brasil, mas faltam regras claras. A participação pública é contraditória em relação às ações empreendidas e os anseios da sociedade. O autor apontou os seguintes temas como fundamentais para entender a organização da sociedade civil na América Latina: estratégias estabelecidas; como se organiza a sociedade; como os recursos são distribuídos; a burocracia excessiva; o sistema

político; corrupção; abuso de poder; e apatia/ignorância da maioria da população quanto às questões políticas.

Stmett (2006) salientou as circunstâncias em que o Estado permite que ONGs participem de reuniões políticas globais, além de questionar por que algumas são qualificadas e outras não. De acordo com o autor, a participação de um maior número de ONGs contribuirá para legitimar decisões coletivas sobre normas e papéis no mercado internacional.

Considerando as limitações das contribuições das ONGs para o desenvolvimento social, Kim (2007) destacou o crescimento destas no contexto asiático e ponderou o fato de os impactos serem multidimensionais e as ONGs não representam a solução para todos os problemas; elas são objeto de muitas críticas, têm diversidade de tamanho, setor de atuação, além de ser reduzida a sua autonomia e representação quando interagem com o Estado ou com o setor privado.

Os resultados de algumas pesquisas evidenciaram as influências exercidas por ONGs ambientalistas sobre as atividades de grandes empresas, no que diz respeito ao atendimento à legislação local e gerenciamento dos impactos ambientais por elas provocados. Observa-se que a mudança na conduta de empresas que divulgam relatórios socioambientais tem influência de algumas ONGs e na Austrália, por exemplo; ONGs ambientalistas participaram dos debates sobre as mudanças na legislação ambiental que regulamenta o setor de mineração, sugerindo que fosse feita a divulgação do gerenciamento dos impactos provocados e identificação dos custos e investimentos relacionados como tema nos relatórios anuais das empresas do setor (AUPLAT, 2006; DEEGAN; BLOMQUIST, 2006).

A experiência internacional confirma o crescimento das ONGs, a necessidade de regulamentação, transparência na origem e aplicação de recursos que são captados das mais diversas fontes, públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas. O desenvolvimento da questão na América Latina mostra-se similar ao contexto internacional, ou seja, grande diversidade de ONGs, assim como os seus objetivos e valores, considerando também as diferenças econômicas e sociais que as caracterizam.

3.4 As Interrelações: Ongs Ambientalistas, Empresas, Estado e Sociedade

Embora a organização política e oportunidades de acesso à educação e saúde sempre foram melhores na América do Norte do que em países latino-americanos, é preciso destacar que a organização da sociedade civil, assim como a participação popular se fizeram presentes em todo o mundo, apesar dos momentos e desenvolvimentos históricos ter características díspares, locais e regionais.

Verifica-se que a proposta de Tocqueville se aplica ao contexto atual se forem consideradas as grandes mudanças sociais, econômicas e políticas. Apesar de ter sido um dos precursores das ideias democráticas e participação pública, o que se propõe neste estudo é outro argumento, em que as interrelações do poder público, poder privado e terceiro setor, têm relações diretas e indiretas com a sociedade; em benefício próprio ou não, por questões políticas, ideológicas, econômicas, sociais e ambientais e configuram uma realidade diferente, influenciada principalmente pelo avanço da tecnologia, que proporciona diversos tipos de interações.

A Figura 2, a seguir, apresenta as interrelações entre o Estado, ONGs ambientalistas e empresas que afetam direta e indiretamente a sociedade como um todo, desenvolvido para ilustrar o cenário atual:

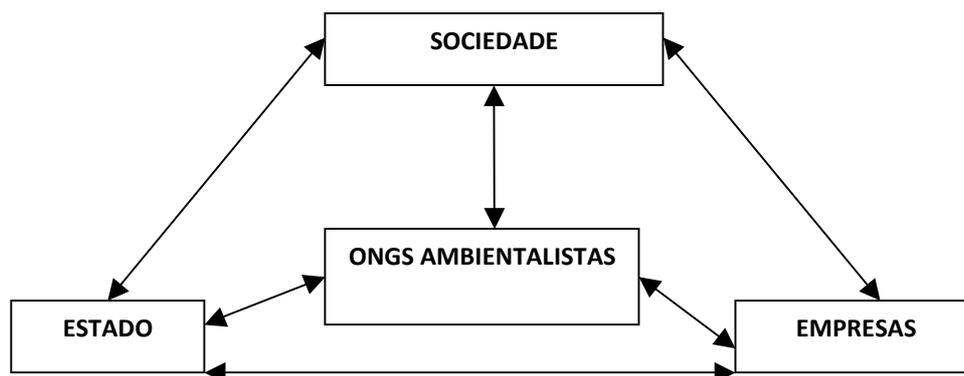


Figura 2: As interações entre ONGs ambientalistas, o Estado e Empresas que afetam a sociedade
Fonte: Elaboração própria

A Figura 2 apresenta as interações observadas neste estudo. As ONGs ambientalistas são influenciadas pela sociedade, pelo Estado e pelas empresas representantes do capital privado. Embora os aspectos ideológicos das propostas de fiscalizar, denunciar e exigir mudanças na postura do Estado ou das empresas, as ONGs ambientalistas demandam esforços para organização também das suas próprias atividades, tendo em vista a necessidade de regulamentação, prestação de contas, transparência e legitimidade, temas que nem sempre são incorporados formalmente nessas organizações.

Observa-se que, apesar de as ONGs não serem organizadas como o primeiro e segundo setores, principalmente por haver a necessidade de captação de recursos para gestão e condução das suas atividades, uma das principais críticas é o desvio de interesse e atenção de instituições ou setores que anteriormente eram objeto de suas causas.

Verifica-se também que as parcerias que se formam entre ONGs, primeiro e segundo setores, demonstram um cenário mais competitivo na defesa de interesses internos do que externos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar as interações entre ONGs ambientalistas, Estado e setor privado, com base nas proposições de Tocqueville.

A análise demonstrou a importância da participação popular, como forma de defender e preservar a democracia, bem como, evitar a centralização do poder do Estado. Entretanto, o contexto histórico e situação tanto da Europa como dos Estados Unidos são bem diferentes da América Latina e na condução de pesquisas sobre a participação popular, democracia e ONGs ambientalistas, esses fatos foram ponderados.

Posteriormente às observações de Tocqueville, verificou-se que muitos autores destacaram a organização da sociedade civil, classificação das entidades que compõem o terceiro setor, e em especial as ONGs ambientalistas, além de críticas e ênfases em temas polêmicos e atuais quanto à legitimidade, prestação de contas e gestão das ONGs, bem como, suas relações com o primeiro e segundo setores.

Os resultados de algumas pesquisas evidenciaram as influências exercidas por ONGs ambientalistas sobre as atividades de grandes empresas, no que diz respeito ao

atendimento à legislação local e gerenciamento dos impactos ambientais por elas provocados.

Verificou-se que o crescimento do número de ONGs é um fenômeno mundial e no que diz respeito às ONGs ambientalistas, este fato está relacionado principalmente com o aumento das preocupações com a degradação e exaustão de reservas naturais em nível global, como foi demonstrada em conferências conduzidas e mediada pela ONU.

Observou-se que a expansão de ONGs de grande porte influenciou no desenvolvimento e organização da sociedade civil em países latino-americanos, contribuindo principalmente com recursos financeiros e organização política.

Ressalta-se que a participação da iniciativa privada, obviamente com uma configuração e importância muito maior do que no início do século XIX, equipara-se ao poder do Estado, tendo em vista o modelo econômico atual, em que o capital de muitas empresas é maior do que o de muitas nações.

Portanto, a organização da sociedade civil por meio de ONGs ambientalistas tem forte relação com o Estado e com o setor privado, no que se refere à captação de recursos, prestação de serviços e cooperação. A teoria política está intrinsecamente ligada ao primeiro, segundo e terceiro setores, por envolver primordialmente os interesses da sociedade, afetada pelas decisões que são tomadas nas três esferas aqui estudadas.

Recomendam-se para pesquisas futuras estudos sobre as seguintes perspectivas: a organização da sociedade civil: em que momento o terceiro setor mais se aproxima do segundo; estudos empíricos sobre quando e como as ONGs ambientalistas atuam sozinhas, em parceria com o Estado ou com empresas privadas; percepção da sociedade quanto às atividades das ONGs ambientalistas; a formalização legal das ONGs ambientalistas, que permite o acesso a financiamento público ou privado; e classificação das ONGs ambientalistas quanto ao porte, campo de atuação e como funcionam as redes estabelecidas por estas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. B. **Relação Entre Estruturas Organizacionais e Indicadores de Desempenho das Organizações Não-Governamentais**. 2004, 175f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. USP, São Paulo.

ARAÚJO, G.C. **Município, Federação e Educação: História das Instituições e das Idéias Políticas no Brasil**. 2005, 247f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo-SP.

ARAUJO, E. T.; MELO, V. P.; SCHOMMER, P. C.: O desafio da Sustentabilidade Financeira e suas Implicações no Papel Social das Organizações da Sociedade Civil. *In*: ISTR - International Society for Third Sector Research, Conferência América Latina e Caribe, 2005, Lima, Peru. **Anais...** Conferência América Latina e Caribe da International Society for Third Sector Research, 2005.

AUPLAT, C. Do NGOs Influence Entrepreneurship? Insights From the Development of Biotechnologies and Nanotechnologies. **Social and Business Review**, v. 1, n.3, p. 266-279, 2006.

BACCARO, L. Civil Society, NGOs, and Decent Work Policies: Sorting out the Issues. Disponível em: < www.ilo.org/public/english/bureau/inst/download/dp12701.pdf >. Acesso em: 22/05/2007.

BALBIS, J. NGOs, Governance and Development in Latin América and the Caribbean. Management of Social Transformations. Most-Discussion paper n. 53. Disponível em: <www.unesco.org/most>. Acesso em: 15/05/2007.

BARKDULL, J.; DICKE, L. A. Globalization, Civil Society, and Democracy? An Organizational Assessment. **Seton Hall Journal of Diplomacy and International Relations**. Summer, v. 5, n. 2, p. 33-48, 2004.

BARNETT, N.; CROWTHER, D.E.A. Community Identity in the twenty-first century: A Postmodernist Evaluation of Local Government Structure. **International Journal of Public Sector Management**, v. 11, n. 6, p. 425-439, 1998.

BROWN, L.D.; KALEGAONKAR, A. Support Organizations and the Evolution of the NGO Sector. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 31, n. 2, p. 231- 258, 2002.

CARVALHO, D.N.; CKAGNAZAROFF, I.B.; ASSIS, L.B.; TESCAROLO, F.S. Gestão e Sustentabilidade: Um Estudo Multicasos em Ongs Ambientalistas em Minas Gerais. *In*: ENANPAD, XXX, **Anais...** 23 a 27 de set. Brasília – DF, 2006.

CLARKE, G. Non-Governmental Organizations (NGOs) and Politics in the Developing World. **Political Studies**, v. 46, n. 1, p. 36-52, 1998.

COSTON, J.M. A Model and Typology of Government: NGOs Relationships. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 27, n. 3, p.358-382, 1998.

DE PAULA, A. P. P. **Reinventando a Democracia: ONGs e Movimentos Sociais na Construção de Uma Nova Gestão Pública**. 1998, 134f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Administração de Empresas de São Paulo. FGV-SP.

DEEGAN, C.; BLOMQUIST, C. Stakeholder Influence on Corporate Report: An Exploration Of Interaction Between WWF-Australia And The Australian Minerals Industry. **Accounting, Organization and Society**, v. 31, n. 4, p. 343-372, 2006.

DICHTER, T.W. Globalization and its Effects on NGOs: Efflorescence or a Blurring of Roles and Relevance? **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v 28, n. 1 p.38-58, 1999.

EBRAHIM, A. Accountability Myopia: Losing Sight of Organizational Learning. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 34, n. 1, Mar, p. 56-87, 2005.

EDWARDS, M. Civil Society and Global Governance. (2000) Disponível em: <www.unu.edu/millennium/edwards.pdf>. Acesso em: 05/05/2007.

_____; FOWLER, A. **The Earthscan Reader on Ngo Management**. London: Earthscan Publications Ltd. 2002.

EIKENBERRY, A.M. Creating Social Equity: What Role for Nonprofit Organizations? 2005. Disponível em:<napawash.org/aasocial_equity/Omaha-Aeikenberry.pdf>. Acesso em: 11/06/2007.

EIZENSTAT, S. Nongovernmental Organizations as the Fifth Estate. 2004. Disponível em:<www.ciaonet.org/olj/shjdir/v5n2/shjdir_v5n2b.pdf> Acesso em: 11/05/2007.

FLEIG, D.G. **Desenvolvimento, Participação e Gestão Social: Análise Interpretativa da Gestão de Uma Organização Não Governamental**. 2004, 123f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras.

FRANCO, J.; PEREIRA, M.F.; SARTORI, R. Captação de Recursos para o Terceiro Setor: um Estudo na Cidade de Maringá-PR. *In*: ENANPAD, XXVII, **Anais...** 2003. Atibaia: Anpad, 20 a 24 de set. 2003. p. 01-16.

FURRIELA, R.B. **Democracia, Cidadania e Proteção do Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002, 294f.

GODDARD, A.; ASSAD, M.J. Accounting and Navigating Legitimacy in Tanzanian NGOs. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 19, n.3, p. 377-404, 2006.

GOMES, P.Y. KORINE, H. Democracy and the Evolution of Corporate Governance. **Corporate Governance**, v. 13, n. 6, p. 739-752, 2005.

HASLAM, P. A. Is Corporate Social responsibility a Constructivist Regime? Evidence from Latin America. 2006. Disponível em:< www.allacademic.com/meta/p99567-index.html>. Acesso em: 11/05/2007.

HUDSON, A. Advocacy by UK-Based Development NGOs. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v.31, n. 3, p. 402-418, 2002.

HUTCHINSON, M. NGO Engagement With the Private Sector on a Global Agenda to end Poverty: a Review of the Issues. A Background paper for the learning circle on NGO Engagement with the private sector: Canadian Council for International Cooperation Policy Team. Jan. 2000. Disponível em:< www.ccic.ca/e/archives/lc_2000-01_review_of_issues.pdf. > Acesso em: 15/05/2007.

IRIYE, A. A Century of NGOs. **Diplomatic History**, v. 23, n. 3, Summer, 1999, p. 421-435.

JACKSON, E.T. DRAIMIN, T. ROSENE, C. Civil Society: A Window of the Future of Partnership? Disponível em:<tcdc1.undp.org/CoopSouth/1999/contents.pdf >. Acesso em: 15/04/2007.

JOACHIM, J.M. LOCHER, B. Multi-level Governance and Civil Society: Companying The Influence of Non-State Actors in the United Nations and the European Union. 2006. Disponível em: <www.allacademic.com/meta/p00717_index.html>. Acesso em: 11/05/2007.

KIM, H. Discuss the Impact of Non-governmental Organizations (NGOs) and their Limits and Opportunities in Relation to Social Development and Civil Society: Making Particular reference to Examples From a Select Country or Countries. Disponível em:<www.likejazz.net/data_doc/essay%20NGO%20Hyeyoung%20Kim.pdf>. Acesso em: 14/05/2007.

LAMBROU, Y. The Changing Role of NGOs in Rural Chile After Democracy. **Bull. Latin America Res.**,v. 16, n. 1, p. 107-116, 1997.

LEWIS, L. The Civil Society Sector: A Review of Critical Issues and Research Agenda for Organizational Communication Scholars. **Management Communication Quarterly**, v. 19, n. 2, p. 238- 267, 2005.

LIMA, S. M. F. **ONGs – Uma Investigação Sobre Sua Natureza**. 2002, 210f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

LINDENBERG, M.; DOBEL, P. The Challenges of Globalization for Northern International Relief and Development NGOs. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 28, n. 1, p.4-24, 1999.

LISTER, S. NGO Legitimacy: Technical Issue or Social Construct? **Critique of Anthropology**, v. 23, n. 2, p. 175-192, 2003.

MARQUES, E. Notas Críticas a Literatura Sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos. In: **BIB-Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais**, v. 1, n. 43. 1997.

MARQUES, D.S.P.; MERLO, E.M.; NAGANO, M. S. A Questão da Avaliação da Legitimidade de ONGs. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 67-84, abr./jun. 2005.

MCINTOSH, M.; THOMAS, R. Corporate Citizenship and the Evolving relationship Between Non-Governmental Organizations and Corporations. 2002. Disponível em:<

www.acus.org/docs/0406guide_Benefits_Responsibilities_Opportunities_Embryonic_Stem_Cell_Research.pdf >. Acesso em: 11/05/2007.

MENDONÇA, P.; ARAÚJO, E.T. ONGS e Cooperação Internacional: Entre a Dependência e a Busca Pela Sustentabilidade. *In: ENANPAD, XXIX, Anais...* 2005, Brasília: Anpad, p.1-16.

MERCER, C. NGOs, Civil Society and Democratization: A Critical Review of The Literature. **Progress in Development Studies**, n. 2, p. 5-22, 2002.

MILLAN, C.C.J.M.; CHOI, C. J. CHEN, S. Global Strategic Partnerships Between MNES and NGOS: Drivers of Change and Ethical Issues. **Business and Society Review**, v.109, n. 4, p. 395-414, 2004.

NASCIMENTO, H.M. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão Baiano: A Experiência de Organização dos Pequenos Agricultores do Município de Valente**. 2000, 119f. Dissertação (Mestrado em Economia do Meio Ambiente). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP.

PACE, E.S.U.; BASSO, L.C.; SILVA, R. O Uso de Indicadores de Desempenho Pelo Terceiro Setor. *In: ENANPAD, XXVIII, Anais...* 2004. Curitiba-PR: Anpad, p. 01-16.

PEARCE, J. Debate Collective Action or Public Participation? Complementary or Contradictory Democratization Strategies in Latin America? **Bulletin of Latin American Research**, v. 23, n. 4, p. 483-504, 2004a.

_____. Development, NGOs, and Civil Society: The Debate and its Future. 2004b Disponível em:<<http://www.developmentinpractice.org/readers/NGOs/intro.htm>>. Acesso em: 22/07/2007.

PENAFIEL, F. M.M.; VAN BELLEN, H.M. Ideologia do Movimento Ambientalista: Um Estudo de Casos Múltiplos em Quatro ONGs de Florianópolis-SC. *In: ENANPAD, XXIX, Anais...* 2005, Brasília: Anpad, 17 a 21 de set. p. 01-16.

PHILLIPS, R. Is Corporate Engagement an Advocacy Strategy for NGOs? The Community Aid Abroad Experience. **Nonprofit Management & Leadership**, v. 13, n. 2, 2002, p. 123-137.

PORIO, E. Civil Society and Democratization in Asia: Prospects and Challenges in the New Millenium. Disponível em:<www.knaw.nl/indonesia/transition/workshop/chapter5porio.pdf>. Acesso em: 11/05/2007.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

QUIRINO, C.G. *Tocqueville: Sobre a Liberdade e a Igualdade*. *In: Os Clássicos da Política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx, WEFFORT, F.C. (org.)*, 2. v. São Paulo: Editora Ática, 2000.

SARAIVA, L.A.S. Além do Senso Comum Sobre o Terceiro Setor: Uma Provocação. *In: PIMENTA, S.M.; SARAIVA, L. A.S.; CORRÊA, M.L. (Orgs.) Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, E.M. **A Presença e a Sustentabilidade do Terceiro Setor na área de Ciência, Tecnologia e Inovação: Perda ou Busca de uma Identidade?** O caso da Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região – ADETEC. 2004, 206f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios) Universidade Estadual de Londrina.

SCHEPERS, D.H. The Impact of NGO Network Conflict on the Corporate Social Responsibility Strategies of Multinational Corporations. **Business & Society**, v. 45, n. 3, p. 282-299. Set. 2006.

SILVA, J. R. Another look at the social question. **Journal of Economic Studies**, v. 33, n. 4, 2006, p. 307-316.

STMETT, M.J. Rules for NGO Participation in International Forum? When do states permit? 2006. Disponível em: <<http://www.allacademicp.00409-index.html>>. Acesso em: 11/05/2007.

TEODÓSIO, A.S.S.; CKAGNAZAROFF, I.B. Estado e Organizações Não Governamentais no Brasil: Parceria, Conflito ou Cooptação? In: International Conference of Iberoamerican Academy of Management. **Anais...** Universidade Nova de Lisboa, 08 a 11 de nov. 2005.

_____. O Terceiro Setor de Múltiplos Atores e de Múltiplos Interesses: Pluralidade ou Fragmentação na Provisão de Políticas Públicas? In ENANPAD, XXVII, **Anais...** 2003. Atibaia: Anpad, 20 a 24 de set. 2003. p. 01-16.

TEOREL, J. Linking Social Capital to Political Participation: Voluntary Associations and Networks Of Recruitment in Sweden. **Scandinavian Political Studies**, v. 26/1, 2003, p. 49-66.

TILT, C.A. NGOs: Issues of Accountability. School of Commerce, Flinders. University, Research Paper Series: 05-7, (2005) Disponível em: <<http://commerce.flinders.edu.au/researchpapers/05-7.pdf>>. Acesso em: 25/04/2007.

TINKER, I. Expectation of the Role of Indigenous Nongovernmental Organizations for Sustainable Development and Democracy: Myth and reality. Institute of Urban and Regional Development, Berkeley, Workpaper, 1996. Disponível em: <[links.jstor.org/sici?sici=0097-9740\(198621\)11%3A3%3C584%3AROF%3E2.0.CO%3B2-Q](http://links.jstor.org/sici?sici=0097-9740(198621)11%3A3%3C584%3AROF%3E2.0.CO%3B2-Q)>. Acesso em: 15/05/2007.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. v. 1, Tradução de Silva, N. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

_____. **A Democracia na América**. v. 2 São Paulo: Martins Fontes, 2005.

UNERMAN, J.; O'DWYER, B. Theorising Accountability for NGO Advocacy. **Accounting, Auditing & Accountability**, v. 19, n. 3, p. 349-376, 2006.

VIDAL, F.A.B.; MENEZES, M.I.C.B.B.; Gestão de Ongs e Desenvolvimento Social: Paradoxos E Desafios Da Administração No Terceiro Setor. ENEO, III, **Anais...** 2004. Atibaia-SP. Anpad. 06 a 08 de junho.

WARLEIGH, A. 'Europeanizing' Civil Society: NGOs as Agents of Political Socialization. **Journal of Common Market Studies**, v. 39, n. 04, nov. 2001.

WILD, L. Strengthening global civil society. 2006. Disponível em: <www.globalpolicy.org/ngos/intro/general/2006/04strengthening.pdf>. Acesso em: 15/05/2007.

WORLD BANK. Working With NGOs: A Practical Guide to World Bank-NGO Operational Collaboration. 1995. Washington, DC: World Bank.

WOLDRING, H. E.S. State and Civil A Society in the Political Philosophy of Alexis de Tocqueville. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 9, n.4, p. 363-373, 1998.